



e-cadernos ces

26 | 2016

Ler na fronteira. As literaturas africanas de língua portuguesa em perspetiva comparada

Introdução

Ler na fronteira

Fabrice Schurmans



Editora

Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra

Edição electrónica

URL: <http://eces.revues.org/2100>

ISSN: 1647-0737

Refêrencia eletrónica

Fabrice Schurmans, « Introdução », *e-cadernos ces* [Online], 26 | 2016, colocado online no dia 15 Dezembro 2016, consultado a 11 Março 2017. URL : <http://eces.revues.org/2100>



Ler na fronteira*

O Centro de Estudos Sociais tem desenvolvido um trabalho científico importante na abordagem às literaturas do Sul, tanto no seu programa de doutoramento em Pós-colonialismos e cidadania global, como nas publicações de vários dos seus investigadores. Nos últimos anos, quatro volumes (Ribeiro e Meneses, 2008; Padilha e Ribeiro, 2008; Ribeiro e Semedo, 2011; Ribeiro e Jorge, 2011), resultantes de cursos de formação avançada, marcaram o campo particular das literaturas escritas em português a partir do continente africano. Na esteira deste trabalho seminal, queremos agora voltar a esta produção literária numa perspetiva comparada. Não se trata, como é evidente, de questionar a pertinência de leituras contextualizadas, mas de evidenciar que a produção literária, independentemente dos contextos, também tem significado a partir de outros lugares, articula-se com outros contextos numa geografia literária menos habitual. A partir deste ponto de vista, ler na fronteira, por intermédio da tradução ou não, leva o investigador a recorrer a novas ferramentas críticas e teóricas, bem como a aceitar a existência de outros espaços, arquipélagos, territórios onde as literaturas escritas a partir de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Moçambique revelam novas redes de significados. Não será por acaso que a maior parte das contribuições para este número temático possuem uma forte reflexão teórica, pois esta constitui um instrumento inerente à prática comparatista. Esta perspetiva leva, como se constatará, a questionar certas noções, como lusofonia ou *francophonie*, o que não é de estranhar, já que o pensamento e a leitura na fronteira estão igualmente associados à capacidade de examinar criticamente as evidências.

* Este texto resulta do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto “MEMOIRS – Children of Empires and European Postmemories”, financiado pelo Conselho Europeu para a Investigação (ERC) no quadro do Horizonte 2020, programa para a investigação e inovação da União Europeia (contrato n.º 648624). Agradeço a Júlia Machado Garraio, assim como a Margarida Calafate Ribeiro a leitura atenta e cuidadosa.

COMPARATISMO E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS

Como é sabido, os estudos pós-coloniais agregam sob a mesma designação uma variedade de abordagens e de práticas.¹ Para se cingir aos estudos literários, existem duas áreas principais:² primeiro, na esteira do trabalho fundador de Said (1978), a análise dos discursos (literários, mas não só) produzidos por um certo Ocidente e que contribuíram, por um lado, para a elaboração das representações hegemónicas dos Outros (Orientais, Ameríndios, Africanos, etc.) e, por outro, em certa medida, para a reificação destas numa realidade imutável (o Índio, o Africano, etc.).

A outra grande área é a dos estudos das literaturas produzidas nos antigos países colonizados e que uma certa crítica agrega no conceito de literatura pós-colonial. Confrontados com uma produção literária consequente e com características próprias, as instâncias académicas (tanto no Norte como no Sul) desenvolveram novas maneiras de ler, novos instrumentos, em princípio mais adaptados ao seu objeto de estudo. Na maior parte dos casos, a perspetiva adotada foi a da ciência comparativa da literatura, pois, aos olhos da mesma crítica, os textos pós-coloniais ofereciam quase naturalmente afinidades, tanto do ponto de vista da forma (uma poética intrínseca que se manifestaria independentemente dos contextos), como do conteúdo (a crítica do colonialismo numa primeira fase ou dos problemas sociais em certos contextos numa fase mais recente, por exemplo).

Nesta última abordagem residem dois problemas principais. O primeiro situa-se a um nível ético e político, relacionado com a homogeneização de contextos e práticas (o que no discurso se traduz pelo recurso à generalização). Ao agregar contextos espaciais e temporais tão diferentes sob a mesma designação, não se dá conta das relações de força dentro e fora dos sistemas contemplados. O segundo problema tem a ver com a metodologia, pois, ao adotar *naturalmente* a perspetiva comparativa, não se coloca a questão das especificidades da disciplina, o que tem como corolário uma ausência de reflexão sobre a natureza do fenómeno literário. Assim sendo, inviabiliza-se uma articulação estimulante entre a literatura comparada e as teorias pós-coloniais. No entanto, ambas têm muito em comum: partilham conceitos, preocupações, a recusa de sistemas fechados, o modo de pensar metafórico, etc.

¹ Entre os autores que estabeleceram a genealogia dos estudos pós-coloniais, Lazarus (2004) oferece uma síntese crítica pertinente. Destaca, por exemplo, o momento a partir do qual “pós-colonial” passou de um simples indicador cronológico a um conceito teórico que remete tanto para as releituras do Texto colonial, como para as literaturas produzidas por autores oriundos das ex-colónias, ou ainda para certos contextos sociais e políticos que são objeto de estudos alternativos.

² Smouts (2007) e Santos (2006) fazem parte dos poucos teóricos que reconhecem a importância dos estudos literários e da análise do discurso nos Estudos pós-coloniais. Muitos outros (e.g. Amselle, 2008) associam-nos à sociologia e à história e citam, *en passant*, os trabalhos fundadores de Said ou de Mudimbe, com o duplo efeito de reduzir a sua importância ao campo em questão e, consciente ou inconscientemente, de desprezar o contributo da literatura para os Estudos pós-coloniais.

O primeiro problema, a tendência homogeneizadora, surge logo numa das obras fundadoras e estruturantes do campo em questão. De facto, *The Empire Writes Back* (2002) não só participou na criação de uma teoria que supostamente dava conta de práticas literárias inéditas, como estruturou, ou melhor mapeou, o campo nascente pela sua escolha de obras e de conceitos. Acrescenta-se que até certo ponto se institucionalizou e ganhou um capital simbólico conseqüente, a julgar, pelo menos, pelo número de universidades que impõem o texto nos seus programas (Smouts, 2007). Uma rápida análise da obra evidencia uma conceção totalizante, homogeneizadora, do conceito de “literaturas pós-coloniais”, o que, como por uma espécie de contágio, afasta de vez o potencial heurístico do substantivo pós-colonial. Para dizê-lo noutras palavras, onde um Mbembe vê “pensée éclatée” ou ainda “enchevêtrement et concaténation” (2006a) ou ainda polissemia e heterogeneidade (2006b), Ashcroft, Griffiths e Tiffin agregam, apagando diferenças e subtilezas. Tanto na primeira edição como na segunda, na qual tentam responder às críticas de que foram alvo, defendem esta perspetiva sobre as literaturas pós-coloniais:

Usamos o termo “pós-colonial”, todavia, para abranger toda a cultura afetada pelo processo imperial desde o momento da colonização até ao presente. Isto porque existe uma continuidade de preocupações ao longo do processo histórico iniciado pela agressão imperial europeia. Sugerimos também que é mais apropriado como termo para a nova crítica transcultural que surgiu nos últimos anos e para o discurso através do qual se constituiu. Nesse sentido, este livro é sobre o mundo como ele existe durante e após o período da dominação imperial europeia e os seus efeitos na literatura contemporânea. (Ashcroft *et al.*, 2002: 2)

Em primeiro lugar, ao vermos abrangidas no mesmo conceito as diversas culturas afetadas pelos colonialismos,³ seria logicamente de esperar ver tratadas as literaturas metropolitanas como sendo também pós-coloniais, pois tanto o Norte como o Sul foram afetados pela experiência colonial. Em segundo lugar, como apontou Shohat (2000: 130), em termos geográficos os autores aglutinam uma área vasta e com características diferentes, e até divergentes. Deste modo, as relações desiguais de

³ Santos (2006: 214-215) foi um dos autores que insistiu na necessidade de falar no plural, pois se, por um lado, o fenómeno colonial possui uma série de características que se encontram independentemente dos contextos (como a subalternização das populações indígenas qualquer que seja o colonizador, o que se encontra bem ilustrado nas contribuições da obra dirigida por Marc Ferro, 2006), por outro lado houve experiências particulares ou adaptações do fenómeno em função dos contextos.

poder, assim como as tensões que lhes subjazem, tendem a desaparecer tanto ao nível nacional⁴ como internacional.⁵

De um ponto de vista teórico, o que se verifica aqui é, por um lado, a transformação da multiplicidade em essência imutável e, por outro, a redução dos Outros a uma condição, à condição pós-colonial, cujos termos foram definidos através de um discurso com pretensões hegemónicas.⁶ Nas suas “Notas sobre o pós-colonial”, Shohat não hesitou em estabelecer um paralelismo com um certo discurso colonial:

A temporalidade unificada da pós-colonialidade corre o risco de reproduzir o discurso colonial de um outro assíncrono, a viver noutra época, atrasado em relação a nós, o genuíno pós-colonial. O gesto globalizante da condição pós-colonial, ou pós-colonialidade, minimiza as multiplicidades de localização e temporalidade, bem como as possíveis ligações discursivas e políticas entre as teorias pós-coloniais e as lutas e os discursos contemporâneos anticoloniais ou anti-neocoloniais. (2000: 131)

De um ponto de vista literário, este tipo de discurso deixa de lado uma outra multiplicidade, a de textos e autores que se encontram em temporalidades diferentes, que até reivindicam vivências temporais diferentes do que tem sido considerado como o paradigma e a referência. Assim, o escritor haitiano Lyonel Trouillot, numa contribuição para o volume *Pour une littérature-monde*, recusa a noção de *littérature-monde en français* no singular para defender o plural, por remeter para a diversidade do mundo em questão, nomeadamente no que toca à variedade de tempos que coexistem:

Não existe um tronco comum, uma leitura única de todo o real. E nenhuma sociedade tem o direito de impor a sua era nem a sua norma. Nenhum escritor digno desse nome pode ficar preso à ilusão de uma era que seria a era do mundo e que determinaria o que dizer. As literaturas, ao apreenderem o

⁴ Qual será a literatura pós-colonial nos Estados-Unidos, a produzida pelos descendentes de colonos ingleses ou a produzida pelos ameríndios e negros descendentes de escravos? Ao aplicarmos a definição de Ashcroft deveríamos considerar ambas pós-coloniais, mas nesse caso as tensões entre os grupos (encaradas tanto de um ponto de vista diacrónico como sincrónico) tendem a ser produzidas como não existentes.

⁵ Escritas em contextos sociais diferentes, as literaturas pós-coloniais oriundas do Sul encontram-se numa situação de desigualdade perante o Norte do ponto de vista institucional, pois, como é sabido, as instâncias de legitimação e de consagração mais poderosas encontram-se maioritariamente nas antigas metrópoles coloniais.

⁶ Balandier sublinhou esta tendência de uma certa corrente teórica pós-colonial oriunda do mundo anglo-saxónico para apagar as diferenças: “Se falamos de universo pós-colonial, temos de colocar a frase no plural – universos “pós-coloniais” –, rejeitar o clericalismo de um universo pós-colonial único e considerar o “multi-pós-colonial” (Balandier, 2007: 20).

referente, apenas dizem parcelas do mundo, a sua fragmentação. (Trouillot, 2007: 201)

Esta homogeneização de um conjunto de experiências, espaços e tempos díspares leva os autores de *The Empire Writes Back* a adotar uma perspetiva comparativa (referem, e o adjetivo é aqui essencial, de “inherently comparative methodology”, p. 35). Argumentam que, uma vez que todas as literaturas pós-coloniais são produto da experiência colonial, então torna-se igualmente legítimo, em primeiro lugar, colocá-las ao mesmo nível e, em segundo lugar, compará-las para evidenciar o que se anunciava nas premissas, a saber, a partilha de uma poética, de uma relação particular com a língua do colonizador, de uma ligação própria ao lugar, etc. Num tom muito assertivo que, como tal, impede qualquer possibilidade de matizar, os autores afirmam, assim, que todas as literaturas pós-coloniais teriam seguido o mesmo padrão de desenvolvimento (da literatura produzida pelos colonizadores às literaturas produzidas nos países independentes, passando pela fase intermédia da literatura escrita por sujeitos locais sob o controlo das autoridades) e, por conseguinte, evidenciarium uma proximidade evidente, que bastaria ao crítico descrever, apoiando-se, independentemente dos contextos, nos mesmos instrumentos.

É assim que, em nome da suposta comunidade de condições psíquicas e históricas (Ashcroft *et al.*, 2002: 28), da recorrência de temas semelhantes ou ainda da presença de estruturas similares em textos oriundos de países diferentes, os autores consideram evidente o recurso à hibridéz e ao sincretismo, para descrever de maneira satisfatória as literaturas pós-coloniais. Além de serem traços distintivos, ambos os conceitos serviriam ainda para a teoria pós-colonial – o singular é dos autores – como solução para ultrapassar uma concepção de identidade baseada no nacionalismo ou numa suposta pureza pré-colonial. A sua visão teleológica aparece mais uma vez neste salto perigoso da análise do texto pós-colonial para a reflexão política:

Tanto os teóricos da literatura como os historiadores culturais começam a reconhecer a interculturalidade como o potencial ponto de terminação de uma história humana aparentemente interminável, de conquista e aniquilação justificada pelo mito da “pureza” do grupo e como a base sobre a qual o mundo pós-colonial pode ser criativamente estabilizado. (*ibidem*: 35)

Deste modo, a hibridéz seria a característica mais importante de um mundo definitivamente pós-colonial. No entanto, apresentar a hibridéz como o estado último do desenvolvimento humano traduz também, por um lado, uma falta de perspetiva

histórica e, por outro, uma concepção exclusiva e essencialista das sociedades, assim como das relações que se tecem entre elas. Assim, Amselle vê no conceito de hibridez a principal aporia das teorias pós-coloniais:

O principal inconveniente destes conceitos de hibridismo, criouliização e paródia é que eles assumem no início, tal como o de mestiçagem, espécies vegetais, animais e culturais “puras” ou “autênticas”, espécies destinadas a dar, no seguimento do processo de cruzamento, entidades misturadas e, como tal, consideradas mais ou menos como inautênticas. (2008: 23)

Este tipo de postura equivale de facto a entender as sociedades contemporâneas como inautênticas, por oposição a sociedades anteriores cunhadas pelo selo da autenticidade e da homogeneidade. Segundo Amselle, nunca houve homogeneidade nas sociedades pré-coloniais, pelo contrário, existiram entre elas muitas conexões, ou para utilizar um conceito forjado pelo autor, “branchements”, que se traduziram na emergência de culturas em contacto.⁷ Não hesita neste ponto em falar de fobia pós-colonial da mistura:

Como se as diferentes culturas do mundo não tivessem sido sujeitas, desde o início, a toda uma série de mestiçagens e hibridizações. Destacar a hibridização atual das culturas do mundo é negar a abertura potencial de cada cultura às outras e, assim, negar qualquer possibilidade de comunicação entre elas ao longo da história. (Amselle, 2008: 23)⁸

Numa reflexão sobre as modernidades e as suas múltiplas localizações, Friedman chega a conclusões semelhantes às de Amselle, a saber que a conexão e a interligação de uma pluralidade de centros sempre fizeram parte das histórias das sociedades humanas. Segundo Friedman, julgar que houve uma só modernidade (a

⁷ Pepetela retrata isso em parte em *Lueji*. Aqui todas as “fronteiras” (sociais, culturais, etc.) são apresentadas como porosas, abertas, negociáveis. É o caso quando Lueji propõe casamento a Ilunga. Assiste-se a uma dupla transgressão de “fronteira”. Em primeiro lugar, é ela que assume a dupla ação de escolher (um marido) e de propor (o matrimónio ao homem escolhido); em segundo lugar, casa com um estrangeiro, ou seja, mistura-se, mestiça-se e mestiça a sua linhagem. Trata-se de uma duplicidade que se encontra novamente nas suas motivações, onde se misturam o íntimo (o amor) e o coletivo (evitar a guerra, pois Tchinguri teria, assim, medo de entrar em guerra com um herdeiro do trono dos Luba) (Pepetela, 2003 [1990]: 351-352).

⁸ Esta será uma das suas principais críticas ao pensamento de Mignolo, que Amselle acusa de essencialismo ao construir o objecto “Cordillère des Andes”, com os seus corolários “pensamento” e “razão andina”. O facto de associar os fenómenos de hibridez às épocas moderna e contemporânea levá-lo-ia a negar ou minorar qualquer possibilidade de conexão entre culturas pré-colombianas. É o mesmo tipo de crítica que se encontra na leitura que Balandier faz da pensão de uma certa teoria pós-colonial para falar de hibridez (Balandier, 2007: 23).

européia) que se disseminou pelo mundo inteiro é errado. Houve “modernidades policêntricas” (Friedman, 2008: 15) e não apenas uma modernidade eurocêntrica. Para entender esta passagem do um ao múltiplo, é preciso também passar de uma abordagem exclusivamente temporal a uma abordagem espacial, assim como ter uma leitura pluridisciplinar das modernidades em questão (do ponto de vista metodológico, o entrelaçamento entre ciências sociais e humanas relembra mais uma vez a abordagem pluridisciplinar da literatura comparada). Este olhar descentrado ajuda a entender que a Europa não foi o centro a partir do qual se difundiu a modernidade, mas que ela foi o espaço onde nasceram as narrativas que constituíram a Europa no centro em questão. Esta passagem do singular ao plural, da univocidade à plurivocidade, do homogêneo ao heterogêneo, explica a perspectiva adotada por Friedman: “uma abordagem policêntrica que vê centros múltiplos e distintos que interagem entre si numa paisagem global” (Friedman, 2008: 17). Tal pressupõe a existência de fronteiras muito mais porosas, movediças, entre espaços, mas igualmente entre tempos e culturas.

Ao trabalhar sobre as Américas Latinas, o historiador Serge Gruzinski deparou-se assim com fenômenos de mestiçagem e de mobilidade no México do século XVI, tanto no polo indígena, como no polo europeu. Em *La Pensée métisse* (1999), considerava uma realidade plural num espaço determinado. Dois anos mais tarde, desejoso de ultrapassar um estudo local, “quase microscópico” segundo os seus próprios termos, defendia ser necessário ter em conta o pensamento mestiço a um outro nível. Num longo artigo publicado na revista *Annales*, achava ter encontrado na “Monarquia católica” (1580-1640) o espaço que melhor traduzia a globalidade do pensamento mestiço. A partir do seu trabalho sobre as Américas, constatava terem existido sempre em numerosos domínios (literatura, ciências naturais, mercadorias) circulação e conexões entre mundos (Península, Américas, Índias, Áfricas), que foram tidos como estanques por grande parte da historiografia ocidental.

O seu século XVI não corresponde em nada a um século de ouro, a um século espanhol ou português, ainda menos a uma epistemologia eurocêntrica, pois o espaço contemplado, o da “Monarquia católica”, traduz uma multiplicidade de centros e de perspectivas. Ultrapassando os quadros nacionais, Gruzinski procura reencontrar as conexões (“branchements”) desconhecidas ou esquecidas num fenómeno que não corresponde a um sistema ou a uma civilização que bastaria circunscrever e descrever, mas antes a um espaço de múltiplas facetas, sem fronteiras fixas onde homens e mercadorias circulam incessantemente:

Abrange uma área que inclui vários continentes, relaciona ou opõe formas de governação, de exploração económica e de organização social, confronta às vezes de forma brutal tradições religiosas que se opõem em tudo. Neste sentido, a monarquia não é uma "área cultural", ela reúne múltiplas áreas. (Gruzinski, 2001: 91-92)

A “dilatação planetária dos espaços europeus” provocaria uma mudança de escala sem precedentes, cujas consequências se encontram numa multiplicidade de centros onde literatura, urbanismo, pintura, religiões, pessoas e bens, entre outros circulam, modificando-se no contacto com outras culturas. Num dos exemplos, Gruzinski descreve a emergência de um público ao nível global: os livros impressos na Península encontram-se em poucas semanas nas costas africanas, americanas e asiáticas, começando-se também a imprimir fora da Península, para além de se traduzir em línguas indígenas e, ainda mais importante, de se comentar autores europeus a partir dos novos centros da “Monarquia”.⁹ A circulação assim descrita fez-se em ambos os sentidos, de Norte para Sul, de Sul para Norte, com saberes, línguas, produtos, homens que participam na miscigenação da Península. De facto, não é erróneo dizer que a redução das distâncias favoreceu uma revolução epistémica: “o desconhecido torna-se familiar, o inacessível torna-se disponível e o longínquo relativamente próximo” (Gruzinski, 2001: 94).

Poder-se-ia acrescentar a este espaço em construção a revolução epistemológica introduzida pelos gramáticos portugueses do século XVI a partir da Península. Como é sabido, estes começam a descrever a língua vernacular no contexto da sua internacionalização via a expansão marítima. Entre eles, João de Barros, numa atitude moderna *avant la lettre*, percebeu a importância deste fenómeno de internacionalização para a descrição da língua portuguesa. É certo que encarou a expansão da língua numa perspectiva imperial – à semelhança de Atenas e de Roma na Antiguidade com o Grego e o Latim, Lisboa exportou o português à medida que abria rotas –, mas, como o sublinhou Buescu (1978), constatou também a inevitabilidade das trocas e influências.¹⁰

⁹ Enrique Dussel (2009) reinterpretou também o século XVI como sendo o de uma dupla modernidade – uma primeira que emerge fora da Europa, nomeadamente nas Américas, e uma segunda, com Descartes, que produziria a primeira como não existente. Dussel destaca assim a importância das leituras feitas nas margens, tanto geográficas como filosóficas, bem como da consideração do ser colonizado pela primeira modernidade e da ignorância deste pela segunda até tarde, no século XX. Dussel nunca considera o fenómeno da “Monarquia católica”, mas a sua releitura dos textos filosóficos produzidos nos novos centros ilustra assaz bem o propósito de Gruzinski.

¹⁰ “Esta reflexão traz-nos perante um facto porventura revolucionário dentro do conceito tradicional de vernaculidade: ao considerar o português em face das línguas exóticas, Barros admite uma reciprocidade enriquecedora da língua nacional. Encara com orgulho o facto de os povos africanos e orientais

A perspectiva inovadora de Gruzinski tem implicações claras para os estudos literários em geral, bem como se aproxima, consciente ou inconscientemente, dos fundamentos da teoria da literatura comparada. Entre outros exemplos, o historiador aponta para a literatura escrita durante a “Monarquia católica” como sendo o paradigma das mudanças em curso. Compara três autores publicados no México, em Sevilha e em Nápoles para mostrar que uma interpretação local, ou seja, nacional, não permite uma aproximação entre eles, enquanto uma leitura no contexto da “Monarquia” revela novas “conexões”. Dito ainda de outra maneira, o que esta leitura inovadora evidencia é a tensão crítica entre o local e o global, assim como a incompletude de uma leitura feita unicamente a partir de dentro.¹¹

Com Amselle, Friedman e Gruzinski percebe-se melhor a obsessão de um certo tempo pós-colonial por apresentar o presente como recipiente de um sincretismo encantado, onde até as formas mais evidentes de racismo teriam desaparecido. Numa contribuição que visa desconstruir a ideia da excecionalidade portuguesa entre os colonizadores, Ferreira aponta, através da leitura crítica de um famoso ensaio de Santos, *Entre Próspero e Caliban*, para o perigo de um pós-colonialismo de língua portuguesa supostamente mais emancipador do que o seu homólogo anglo-saxónico. Talvez o Próspero português, em virtude das suas especificidades no sistema mundo, se tenha matizado de um toque de Caliban, mas não teria sido o suficiente para identificar na maior miscigenação entre colonizadores e colonizados o cunho de um (pós-)colonialismo alternativo.¹² O que tende a desaparecer neste tipo de perspectiva é a perspectiva histórica, que permite mostrar a importância da noção de raça no passado de Portugal. Para Ferreira, o lugar de enunciação, lugar onde o intelectual global experimenta um cosmopolitismo emancipador, explica em parte este tipo de pensamento:

aprenderem o português, e com ele a lei e os costumes. Mas também verifica, com humildade e singular abertura de espírito, que o português é alterado e influenciado pelas linguagens estranhas desses povos: ‘E agora, da conquista de Ásia tomamos chatinár por mercadejár, beniága por mercadoria, lascarim por homem de guerra, çumbaia por mesura e cortesia, e outros vocábulos que sam já tam naturáes na boca dos homens que naquelas pártes andáram, como o seu próprio português’” (*apud* Buescu, 1978: 70).

¹¹ Acrescentaria que, tanto durante a “Monarquia católica” como hoje, qualquer que seja o lugar a partir do qual são escritos, os textos literários têm sempre significado numa tensão entre o local e o global. Escritos num determinado contexto, iniciam de imediato a sua viagem, com ou sem traduções, atravessando múltiplas fronteiras, significando algo para recetores que leem num contexto diferente. É a partir deste pressuposto que McDonald e Rubin (2015) reavaliam a história da literatura francesa: não é a partir do século xx e das francofonias que se poderá falar em literatura-mundo. A literatura francesa foi sempre uma literatura conectada, globalizada. Daí o seu projeto inovador e algo iconoclasta, de repensar o que se tem escrito em francês desde a Idade Média num espaço global e não nacional.

¹² Ferreira reconhece a importância das vozes alternativas – Santos, Mignolo, Quijano – no contexto de teorias pós-coloniais dominadas pela produção anglo-saxónica. Admite que o ensaio de Santos acima referido foi essencial para a reflexão pós-colonial de língua portuguesa; no entanto, vê na sua leitura da especificidade colonial portuguesa uma possível nova versão do luso-tropicalismo (Ferreira, 2007: 31).

Num pós-colonialismo de contornos filosóficos pós-modernos, emanando de locais multiculturalistas cosmopolitas, o esquecimento histórico ou a recreação seletiva podem conduzir à invenção de um passado não desfigurado pela violência racial, que fundou e acompanhou as histórias do colonialismo, incluindo as suas variantes 'pós'. (Ferreira, 2007: 36)

É consciente destas aporias e paradoxos que abordo agora a questão da ligação entre literatura comparada e estudos pós-coloniais. Vimos que Ashcroft, Griffiths e Tiffin defendiam a perspectiva comparativa como própria do estudo das literaturas pós-coloniais, mas sem nunca articularem claramente esses campos. Existe de facto uma propensão dos estudos pós-coloniais para a comparação de casos, de obras, de práticas sociais. Resta saber o que a literatura comparada e os estudos pós-coloniais têm em comum, mas também em certos pontos o que os distingue – no que tem a ver com a questão das línguas, por exemplo, a primeira reivindica uma abordagem plurilingue, enquanto a teoria pós-colonial hegemónica é maciçamente monolíngue. Só assim se poderá entender, por um lado, que as ligações entre campos, antes de serem *naturais*, são o resultado de uma troca/partilha de conceitos, e, por outro lado, em que medida uma certa corrente teórica pós-colonial – o próprio *Empire Writes Back*, por exemplo – se afasta de alguns pressupostos da ciência comparativa da literatura.

Do ponto de vista epistemológico, é certo que a comparação, como a metáfora aliás, aparece como um recurso universal quando se trata de definir um campo novo ou uma teoria nova, ou até uma descoberta científica. As teorias pós-coloniais não escapam à regra, socorrendo-se regularmente de conceitos próximos que as ajudam a delimitar o seu campo. São, assim, vários os teóricos que compararam o pós-colonial com o pós-moderno a fim de circunscrever melhor o primeiro (e.g. Santos, 2006; Quayson, 2005), ou ainda o pós-colonial com o pós-ocidentalismo (Mignolo, 2000). No que tem a ver com a literatura, a aproximação por comparação é um modo de leitura/análise assaz corrente, muitas vezes entre textos que partilham a mesma língua (veja-se, por exemplo, as contribuições para o *Cambridge Companion to Postcolonial Literary Studies*), mais raramente entre textos que pertencem a domínios linguísticos diferentes, e muitas vezes com o inglês como língua pivô. Em geral, estas abordagens críticas optam pela abordagem comparativa em nome de uma comunidade de condição (a condição pós-colonial), de experiência (experiência do colonialismo ou do neocolonialismo, ou ainda experiência de uma ou outra forma de subalternidade), ou ainda de preocupação (política, filosófica, etc.). Para Caldeira, por exemplo, tanto Morrison como Pepetela têm como pano de fundo uma história de exploração e

violência, resultado das conquistas coloniais, da modernidade europeia, o que justifica a comparação:

Apesar das diferenças gritantes, Morrison e Pepetela partilham a postura de intelectuais contemporâneos politicamente conscientes do papel de cidadãos/cidadãs que cada um/a escolheu desempenhar na sua escrita, o veículo privilegiado da visão profundamente crítica das suas próprias sociedades. O que poderão ter em comum está enraizado no seu momento histórico, mas também em opções e atitudes que encontram o significado adequado dentro do âmbito de uma postura pós-moderna. (Caldeira, 2008: 93)

Por sua vez, Moura vê na perspectiva comparativa um dos modelos mais promissores de análise das literaturas pós-coloniais, com a comparação de temas (e.g. celebração das lutas de independência, construção e demolição de prédios) e de poéticas: “certos elementos formais parecem caracterizar as literaturas pós-coloniais: um uso específico da alegoria, da ironia, do ‘realismo mágico’, ou a discontinuidade narrativa que permite estudos comparativos fundados em figuras literárias mais ou menos amplas.” (Moura, 2001: 156).

No entanto, ainda que o leitor entenda as razões evocadas para justificar a abordagem comparativa, falta uma articulação teórica clara com a teoria da ciência comparativa da literatura. Parece-me que essa articulação emerge em Quayson, no seu ensaio sobre as semelhanças e diferenças entre o pós-modernismo e o pós-colonial. Depois de uma primeira parte mais teórica onde questiona ambos os conceitos, o autor analisa algumas representações pós-coloniais e pós-modernas, procurando demonstrar em que medida certas representações podem ser descritas como pós-coloniais e outras como pós-modernas. Para mostrar que as representações pós-coloniais são marcadas pelo cunho da “double consciousness”, teorizada por Du Bois, opta por uma comparação entre uma peça de Kobina Sekyi (Gana) e um romance de Toni Morrison, em nome de uma semelhante experiência de violência e relegação por parte dos negros de ambos os lados do Atlântico. A diferença em relação aos dois ensaios citados acima prende-se com a consciência do efeito produzido pelo trabalho de comparação entre ambos os escritores:

O propósito disto seria, a meu ver [...] forçar o fenómeno em análise para um modo de alienação ou afastamento de si mesmo, através do qual seria levado a oferecer um valor de verdade que se ramifica muito além de seu próprio domínio de circulação. (Quayson, 2005: 106)

E, um pouco mais à frente, acrescenta:

O objetivo era afastar os dois textos das suas grelhas normais de interpretação e mostrar como uma similaridade de efeitos tinha interferido na formação da subjetividade em ambos os contextos. (Quayson, 2005: 107)

É neste ponto que aparece uma articulação com a ciência comparativa da literatura, pois esta propõe também deslocar os textos, pô-los a circular fora do seu campo literário original, ou seja, fora não só dos seus circuitos de leitores, mas também fora das leituras críticas próprias de um determinado campo. Por outras palavras, não se trata apenas de ler o que se escreve do outro lado da fronteira, mas igualmente de ver como se lê do outro lado da fronteira. O efeito desta deslocação pode de facto suscitar alguma estranheza em torno dos textos em análise. No trabalho de comparação, porque se trata necessariamente de um olhar distante, algo surge dos textos que uma análise nacional, ou local, para parafrasear Claudio Guillén, ignoraria. Deparamo-nos com esta reflexão no cerne das preocupações comparatistas, pois o que os teóricos deste campo têm vindo a defender é justamente a necessidade da deslocação das obras, a impossibilidade de encaixar, ou seja, de reduzir grande parte dos escritores ao seu contexto meramente nacional. É o que Guillén analisava subtilmente:

É errado ter em mente, como modelo ou imagem do grande escritor, quem encaixa perfeitamente no ambiente cultural homogéneo que o rodeia, cingindo-se a uma única língua, um único sistema literário, procedimentos fechados de versificação, um círculo social suficiente. (1985: 22)

O que esta citação evidencia é a inevitável tensão inerente a grande parte dos textos literários entre um local mais ou menos evidente (a língua de escrita, o seu contexto espacial e temporal, o seu cronotopo, etc.) e um supranacional ou universal (o leitor longínquo, crítico ou não, que na maior parte dos casos entrará em contacto com a obra através da tradução). Ou seja, se uma obra diz quase sempre algo sobre o estado espacial e temporal da sociedade onde foi escrita, ou na qual se insere, o seu significado ultrapassa a fronteira onde é lida e entendida. Escrita num determinado lugar e, em parte determinada por este lugar, a obra acaba sempre por viajar, por deixar o lugar de origem. Guillén, incontornável neste ponto, defendia com justeza que muitas vezes é o próprio escritor que se afasta do seu âmbito cultural de origem (exila-se ou é

exilado, por exemplo) e que procura novas formas de ver e de escrever o seu mundo em obras de colegas estrangeiros (1985: 22).

O que transparece aqui, como noutros trabalhos críticos (Buescu, 2001; Moura, 2001; Moura, 2007a; Moura, 2007b), é a dialéctica inerente à ciência comparativa da literatura. Por um lado, perante a multiplicidade intrínseca das produções literárias, é difícil aceitar e pensar sem mais a suposta universalidade/unidade de um dado fenómeno:

Nem tudo é devir, nem tudo é continuidade. Pois tratando-se de literatura escrita, mais do que folclore ou mitologia, o conhecimento histórico envolve um processo constante de diferenciação. Todos os temas – mesmo o amor e a morte – se fragmentam e subdividem. (Guillén, 1985: 31)

Os fenómenos literários mudam, mas, por outro lado, como acrescenta Guillén, se tudo (formas e emoções) mudasse constantemente, nenhum dos elementos supranacionais que interessam à ciência comparativa da literatura resistiria ao tempo. Esta tensão entre os termos (o local e o global, o uno e o diverso, etc.), que aliás atravessa o livro de Guillén, não deve ser reduzida, como em qualquer dialéctica, a uma síntese superior onde desapareceria. Pelo contrário, é nas diversas tensões que a percorrem que a literatura comparada encontra a sua mais forte especificidade. E não é por acaso que, a determinada altura, Guillén substitui tensão por diálogo: “Diálogo entre certas estruturas recorrentes ou fundamentais que se verificam em várias literaturas ao longo do tempo, por um lado, e, por outro, mudança, evolução, historicidade – necessária e desejável – da literatura e da sociedade” (Guillén, 1985: 31).

Esta dialéctica assumida revela-se mais nitidamente no trabalho dos comparatistas sobre os géneros literários, um dos exercícios de predileção da literatura comparada. Por definição, os géneros não são essências fixas; possuem uma história e evoluem em permanência (daí talvez a profusão de palavras conotando a transformação em Guillén). Existem elementos que tendem para uma certa unidade, mas, ao mesmo tempo, outros que revelam uma multiplicidade de práticas: “Há, portanto, permanência e alteração concomitante” (Guillén, 1985: 145).

Se fizermos um corte sincrónico no género policial, por exemplo, deparamo-nos com um género dinâmico, ao mesmo tempo heterogéneo (disparidade de práticas em lugares diferentes do mundo) e homogéneo (recorrência de elementos indispensáveis do enredo, como o crime, ou de personagens, como o investigador ou o criminoso), no qual cada novo texto confirma as características genéricas ou as põe em causa, contribuindo assim para uma redefinição do próprio género. A dialéctica reside nesta

permanência/ /transformação das estruturas e das regras inerentes a cada gênero, e cabe à ciência comparativa da literatura trazer novas ocorrências que impeçam o fechamento do sistema. É precisamente o que Chevrel nota: “Um dos objetivos da literatura comparada é a recolha, a descoberta, de obras suscetíveis de produzir novos exemplos e contraexemplos” (2006: 115).

Como apontam Soullier e Troubetzkoy, é nisso que, para um comparatista, reside a principal dificuldade em definir um gênero, pois as modificações e as variações (muitas vezes associadas às margens) fazem parte da definição, tal como os textos de referência (muitas vezes associados aos centros). É certo que o leitor identifica sem grandes problemas os *arquigêneros* (poesia, teatro, ficções narrativas, etc.), mas permanecerá sempre uma série de aporias, de embaraços, estranhezas, pois “um gênero é simultaneamente um feixe de traços distintivos abstratos e um conjunto histórico de textos concretos, apreendidos numa evolução dialética de dogmatização/ /transgressão” (Soullier, Troubetzkoy, 1997: 136).

Vejo aqui mais uma vez um ponto de encontro entre literatura comparada e a teoria literária pós-colonial: ambas recusam a ideia de modelos e sistemas fechados. Para continuar a exemplificação a partir do gênero policial, a diferença entre uma determinada narratologia ocidental e os olhares comparatistas (e) pós-coloniais reside na recusa da tentação totalitária da primeira, em prol de uma abordagem ciente de que os seus limites correspondem ao desconhecimento da(s) obra(s) subversivas existentes algures além-fronteira. Para dizê-lo de maneira mais concreta, se Jacques Dubois (2005), com o seu quadrado hermenêutico, pretende dar conta de qualquer ocorrência no gênero em questão, fechando desta maneira a narrativa policial numa estrutura rígida, a perspetiva comparatista e pós-colonial confronta-o com o trabalho de Pepetela ou de Driss Chraïbi, que impede tanto o fechamento como a possibilidade de pensar o gênero como imutável.

Mas há mais, uma certa narratologia ocidental acha possível generalizar os seus modelos à escala global e integrar as novas ocorrências independentemente do seu contexto de enunciação. Pelo contrário, o que um Guillén (1985: 155) ou um Chevrel (2006: 108) mostraram é que a utilização da poética ocidental na análise de outras ocorrências não deve servir para confirmar a poética em questão, ou ampliar a sua zona de aplicação – o que equivale a globalizar um modo local de leitura –, mas para a matizar e até corrigir, modificar e interrogar.

Como se vê, a perspetiva comparatista e a teoria pós-colonial da literatura articulam-se sem grande dificuldade: ambas favorecem a pluralidade de abordagens no estudo dos fenómenos literários (o que tem como corolário a recusa de uma teoria da literatura com pretensões totalizantes), a convocação e o cruzamento de

disciplinas,¹³ a recusa da ideia de fronteiras estanques, impermeáveis às influências recíprocas, tanto entre campos literários, como no seio de um campo literário determinado – para ambas já não faz sentido a fronteira entre literatura de grande produção e literatura de produção restrita. São estes elementos que se encontram numa das definições mais completas do conceito de literatura comparada:

A literatura comparada é, portanto, como uma *ciência comparativa da literatura*, um ramo das ciências humanas e sociais que se propõe estudar produções humanas assinaladas como sendo obras literárias, sem que seja previamente definida qualquer fronteira que seja, inclusivamente a linguística. (Chevrel, 2006: 4)

Esta reflexão sobre os fundamentos da ciência comparativa da literatura aponta para a estreita ligação entre esta e a teoria da literatura. Como sublinha Buescu, joga-se aqui algo de fundamental, pois é indissociável para o investigador a construção do seu objecto de estudo e a reflexão sobre o ato de construir. Mais do que metodologia, pode falar-se de facto de uma reflexão epistemológica. Assim, a ciência comparativa da literatura “opera não apenas sobre os objetos analíticos selecionados, mas também, e de forma necessária, sobre o próprio campo cognitivo enquanto constantemente objecto de uma reflexão metacognitiva” (Buescu, 2001: 87). Por outras palavras, neste campo é o ato comparativo em si que interessa hoje ao estudioso, tanto ou mais do que o objeto de estudo.

Nota-se que noutras disciplinas existe uma preocupação semelhante de escapar à tentação das “fronteiras”. Do ponto de vista heurístico, uma das propostas mais estimulantes emana de Marcel Detienne, helenista e antropólogo comparatista, que defende a possibilidade de comparar o incomparável, de transgredir as fronteiras da ciência histórica, muitas vezes fechada dentro das fronteiras nacionais ou aberta a um comparatismo da semelhança entre países vizinhos.¹⁴ Propõe assim a construção de

¹³ Eis, por exemplo, o que dizia Moura a este propósito: “A virtude crítica do pós-colonialismo reside nas suas interações com outros pensamentos e outras práticas de estudos” (Moura, 2007b: 117). Segundo Buescu, a convergência entre disciplinas faz mesmo parte da definição da Literatura Comparada, “domínio cognitivo de cruzamento interdiscursivo, interdisciplinar e intersemiótico” (Buescu, 2001: 93). Esta necessidade de redefinição das fronteiras entre disciplinas encontra-se igualmente numa contribuição que visa repensar os Estudos Culturais bem como a relação destes com os Estudos literários. Ribeiro e Ramalho concebem os Estudos Culturais como “metadiscorso integrador” com capacidade para estabelecer pontos de contacto com outras disciplinas. Defendem ainda um pensamento transversal, um pensamento na fronteira, “capaz de se situar nos espaços de articulação”. Tal significa que os estudos literários, longe de se diluírem no contacto com outras disciplinas, vão, em função do seu objeto, convocar uma “pluralidade de saberes” (Ribeiro e Ramalho, 2001: 74).

¹⁴ “O essencial para trabalhar em conjunto é libertar-se do mais próximo, do nativo e do indígena, e tomar consciência muito cedo, muito rapidamente, de que temos de conhecer a totalidade das sociedades humanas, todas as civilizações possíveis e imaginárias, sim, até perder de vista, historiadores e antropólogos igualmente. Esqueçamos os conselhos de quem repete há meio século que é preferível instituir a comparação entre sociedades vizinhas, limítrofes e que progrediram na mesma direção, de

“comparáveis”, resultado da colaboração e do diálogo entre os que podem comparar no tempo (os historiadores) e os que podem comparar no espaço (os antropólogos), a partir de um elenco de perguntas não demasiado gerais nem muito confinadas a uma cultura – entre outros exemplos, descreve o resultado de um trabalho comparativo sobre a noção de lugar: o que é um lugar? Como é que se constitui o território? Como é encarada a figura do fundador? A seguir, em função dos conhecimentos de cada um dos membros da equipa interdisciplinar constituída, Detienne descreve um trabalho que põe em contacto e que estabelece “conexões” (os mesmos *branchements* utilizados por Amselle e Gruzinski), entre fenómenos sociais e histórias em vários continentes, entre grupos que aparentemente nada possuem em comum, com o propósito de dar a entender, numa perspetiva assumidamente inacabada, que a perspetiva comparatista não tem de encontrar analogias para ser pertinente. Pelo contrário, elogia a “dissonância” (Detienne, 2009: 173), a aproximação dos opostos, pois é a partir desta posição menos evidente que, por um lado, surgem as múltiplas modernidades do mundo de que falava Friedman e que, por outro lado, e como consequência ética desta postura, se relativizam os essencialismos e as fronteiras, qualquer que seja a sua natureza (Detienne, 2009: 62).

Percebe-se assim melhor por que razão os estudos das literaturas pós-coloniais se confundem com a ciência comparativa da literatura. O que Moura diz a propósito da teoria da literatura pós-colonial podia quase ser sobreposto às afirmações de Chevreil ou de Guillén. Assim, para ele, a teoria pós-colonial é aberta e inovadora, porque trata de objetos novos que questionam categorias antigas, o que equivale à rejeição de sistemas narratológicos fechados: “Não se reduz à enunciação *a priori* de princípios disciplinares (tradicionais ou não) oriundos da Europa. Concentra-se, na realidade, nas raízes socioculturais da criação literária” (Moura, 2001: 166).

Mais tarde, voltará Moura a insistir nesta necessidade de ligação entre o literário e o social como uma das marcas metodológicas da abordagem pós-colonial e comparativa. O que diz a propósito das literaturas de língua francesa oriundas das ex-colónias não diverge muito do que acontece noutros contextos, nomeadamente com as literaturas de língua portuguesa: “Uma grande parte das letras francófonas derivam de dinâmicas históricas coloniais cujos efeitos no presente são tudo menos inofensivo” (Moura, 2007b: 111). Daí a necessidade de ler as obras de outra maneira, o que não significa que seja preciso considerar cada romance congolês ou angolano como um documento, um mero reflexo das sociedades onde foram escritos. Assim perder-se-ia uma parte substancial do que é um texto literário: um objeto estético, uma criação

mãos dadas, ou então grupos humanos que atingiram o mesmo nível de civilização e fornecem ao primeiro relance homologias suficientes para navegarmos com toda a segurança” (Detienne, 2009: 43).

artística determinada por um conjunto de atos e decisões mais ou menos conscientes. Aliás, é este aspeto que a escritora e ensaísta camaronesa Léonora Miano evidencia ao solicitar aos críticos e analistas uma outra leitura das obras escritas a partir do continente africano. Refere nomeadamente a frequência com que se entende um autor africano, antes de tudo, como testemunho de um dado contexto, e cada romance por si escrito como um necessário reflexo de uma situação vivida. Porém, o escritor oriundo do continente africano “trabalha a partir das suas obsessões, fissuras, emoções; pretende, como qualquer indivíduo envolvido numa abordagem artística, propor um projeto estético” (Miano, 2012: 41). A autora advoga que se volte ao texto, à sua materialidade, à circulação interna das suas significações, que se ultrapasse a análise temática: “Afirmo então que, por enquanto, somos lidos de maneira pouco profunda, que apenas se tenta procurar, através dos nossos livros, uma grelha de leitura da África subsaariana.” (Miano, 2012: 41). Miano reivindica uma nova maneira de ler e de comparar os/as autores/as oriundos/as das Áfricas, uma maneira onde só importa a análise da literatura sem a preocupação do adjetivo:

Digo mesmo literatura, sem adicionar o qualificador geográfico. Todos os nossos livros trabalham sobre o ser humano, que não difere fundamentalmente em função dos lugares. O que um autor pode, então trazer de singular é o seu universo, a sua maneira de fazer. (*ibidem*: 48)¹⁵

Esta transgressão das fronteiras por parte dos teóricos terá como consequência um questionamento do conceito de literatura nacional e o enfraquecimento de um centro considerado simultaneamente como norma a seguir e lugar simbólico da legitimação. É o que Lazarus (2004: 76-77) apontava com pertinência ao falar do ensino das literaturas inglesas e francesas pós-Segunda Guerra Mundial: seria de facto “anacrónico” ignorar os escritores pós-coloniais, questões como a descolonização ou ainda os migrantes oriundos das ex-colónias.

O que Lazarus não diz é que, assim sendo, se torna obrigatório adotar a perspetiva comparativa e pensar uma história transnacional e transterritorial da

¹⁵ Esta postura pode traduzir-se numa reinterpretação dos escritores consagrados. Cantarin, por exemplo, reinterpreta o trabalho de Mia Couto fora do quadro habitual. A sua perspetiva é assumidamente transdisciplinar, na junção entre feminismo, teorias feministas pós-coloniais e a ecocrítica. Abordagens recentes à obra de Couto, bem como de muitos escritores oriundos das lusofonias, deram particular enfoque a interpretações ligadas à identidade, à memória, à relação entre o colonial e o pós-colonial. Se faz todo o sentido ler e interpretar o vasto texto coutiano em função do seu contexto social, cultural e político de referência, Cantarin sublinha que é também legítimo inscrevê-lo noutra contexto, para além das fronteiras de Moçambique, pois possui, de facto, um “caráter transnacional” (Cantarin, 2012: 23). A sua hermenêutica de um *corpus* de vinte e seis contos assume esta intenção, heurísticamente produtiva, entre local e global, uma tensão de tipo fronteiriço.

literatura de língua inglesa, de língua francesa ou de língua portuguesa. A partir deste ponto de vista, as contribuições de vários escritores (quase todos provenientes dos múltiplos “Sul” do mundo) para *Pour une littérature monde* (2007) apontam para uma verdadeira revolução no seio da literatura de língua francesa, a saber, por um lado, a desconexão entre língua e literatura nacional e, por outro lado, a utilização do Francês como mero instrumento de trabalho,¹⁶ e não como uma língua portadora de uma tradição literária local, mas sim como universal pelo centro. Eis como Abdourahman A. Waberi, escritor de Djibouti, depois de ter criticado duramente a francofonia institucional, resumia a nova situação: “Trata-se de destacar que a literatura da França é apenas um ilhéu que produz sons, fala e cria em francês no meio de um arquipélago de língua francesa” (Waberi, 2007: 72). E é deste arquipélago que a ciência comparativa da literatura, bem como as críticas pós-coloniais, têm de falar de agora em diante.

A perspetiva comparada permite evidenciar o que une, justamente, as ilhas destes arquipélagos. Por exemplo, independentemente dos contextos, efeitos de exclusão e de fragmentação das comunidades, tais arquipélagos encontram uma tradução estética nas práticas romanescas, como Isabel Caldeira aponta no seu contributo para este número.¹⁷ Esta autora vê a fragmentação como uma prática recorrente nos romances de Morrison, Couto ou ainda Condé:

Narrative fragmentation is one of the forms of expression often found in these novels. It represents the difficulty to reassemble not only the scattered pieces of a nebulous past but also of a chaotic present. In Toni Morrison’s texts, narrative fragmentation is the way she chooses to represent a precarious search for identity for African Americans, and African American women in particular, among the chaos of a slavery past, a conflictual racialized society “tethered to a death-dealing ideology” (Morrison, “Home”: 4-5), and an experience of permanent conflict and unfulfilled promises.

Comparar fora do mesmo contexto linguístico significa igualmente questionar categorias e textos tidos como referências no mundo académico, referências que

¹⁶ É o que Mongo Beti defendia numa das suas últimas intervenções: “A língua francesa, na minha opinião, é antes de tudo um instrumento de desenvolvimento e modernização, como o Inglês, o Espanhol, o Italiano, o Alemão, por exemplo, do mesmo tipo que uma máquina de lavar ou um jato ou um computador” (Beti, 2007: 278). No caso do escritor camaronês, a defesa da língua como instrumento aliava-se a uma crítica feroz às políticas linguísticas da francofonia, conceito que rejeitava por mascarar o projecto neocolonial da República Francesa.

¹⁷ Doravante citam-se com frequência excertos dos textos publicados neste número. As citações permanecerão na língua de origem, sem serem traduzidas.

frequentemente definem as suas categorias mais a partir da identidade assumida pelo escritor do que a partir da sua obra. Ler na fronteira leva o investigador a voltar criticamente aos textos críticos de referência, tal como fazem Stewart e Small na sua contribuição.¹⁸ Ao aproximar um romance de Agualusa e outro de Monénembo, as autoras questionam de facto as grandes narrativas críticas pensadas a partir da *francophonie* e da lusofonia:

The pattern in scholarship of making vast categories and then vast statements on 'lusophone literature', 'the African writer', and so on, draws upon a multiplicity of very important historical engagements on the part of writers. But it can also become a self-propagating kind of canon play, where writers and texts (possibly in that order) are co-opted into ever-changing and ever-competing grand narratives.

Na sua perspetiva, ambos os romances questionam diversas fronteiras a partir do espaço atlântico. Não se trata de negar a pertinência de leituras locais, mas de voltar a uma análise textual que favoreça as conexões além da *francophonie* ou da lusofonia e, de assim, dar conta do texto mais do que do escritor:

In their focus on transatlantic history and memory, and given the refusal, within the narratives, to canonise certain acts of writing, both *Nação Crioula* and *Pelourinho* transcend structural, literary boundaries. Neither of these texts can therefore be adequately contained by the kinds of canons or categories we have discussed thus far.

O que emerge deste tipo de leitura são as condições de leitura de uma "imaginação do espaço transatlântico" (Stewart e Small). Assim, o critério linguístico faz cada vez menos sentido na abordagem das literaturas em questão. Esta postura tem sido reivindicada, nomeadamente por Moura, que propõe designar estas literaturas como Literaturas do Sul "a partir de considerações históricas e não apenas a partir de uma comunidade linguística" (Moura, 2014: 93).

Na sua contribuição, Brugioni aponta para uma das consequências epistemológicas da leitura na fronteira: o questionamento de categorias, como a de romance histórico, quando lidas/interpretadas a partir de outros lugares. Ler a partir de

¹⁸ Neste ponto, Cottias e Dobie (2014) abrem igualmente caminhos promissores no seio do espaço atlântico, comparando as trajetórias de Joséphine Baker e de Mayotte Capécia. Ambas as investigadoras desenvolvem uma abordagem comparativa, cujos efeitos heurísticos se farão sentir durante muito tempo. (ver recensão crítica de Fabrice Schurmans neste número).

outro contexto epistemológico tem como consequência a emergência de ferramentas críticas renovadas.

No que diz respeito à receção crítica de autores e textos habitualmente situados nas chamadas Literaturas Africanas, o recurso a categorias de análise alternativas proporciona a ocorrência de cartografias críticas e contrapontos diversificados e inéditos, sugerindo, ao mesmo tempo, outros itinerários de leitura e aparatos epistemológicos que visam, em primeiro lugar, corresponder às solicitações propostas pelos mesmos textos literários.

Uma das consequências desta nova cartografia será o questionamento do referente linguístico para designar as literaturas escritas em português a partir das Áfricas. Aqui, como numa outra contribuição importante, Brugioni (2012) questiona a leitura lusófona dessas literaturas. Ao mesmo tempo, este comparatismo pensado ao nível continental coloca outra pergunta, ainda mais complexa, a das interpretações locais/nacionais das mesmas literaturas:

um comparativismo interno ao continente e que obedece deste modo a um conjunto de relações transnacionais de matriz regional, contribui de forma decisiva para devolver um peso continental as representações literárias africanas, consolidando e, por conseguinte, problematizando o mesmo “paradigma nacional” através das quais estas literaturas são hoje estudadas.

Percebe-se o potencial inovador de uma abordagem regional da literatura escrita a partir de Moçambique, uma abordagem que não faz da lusofonia o referente último. É o que Meneses apontava relativamente à construção do Estado moçambicano: fará mais sentido comparar este caso com o de Angola, ou compará-lo com os países vizinhos da orla do Índico?

O que se busca comparar: raízes passadas ou futuros comuns? O facto de terem ambos sido colónias de povoamento de Portugal marca, sem dúvida, o campo das narrativas sobre a construção destas nações, mas não termina nem se encerra apenas nestas relações. Parece-me importante ter em mente as ligações à região austral e oriental do continente, quer em termos de referências políticas, quer de referências culturais. (Meneses, 2012: 316-317)

A comparação para além da mesma língua favorece um outro tipo de leitura, mais atenta ao texto, aos significados que nele circulam, o que por sua vez facilita a sua aproximação a outros textos oriundos de outras situações linguísticas. Estudar a

representação da violência, como faz Fernanda Vilar aqui, ajuda a entender que, em contextos diferentes, escritores como Mia Couto, J. M. Coetzee e Sony Labou Tansi encenaram o fenómeno da violência pós-colonial tendo em conta o passado colonial, os processos de descolonização assim como os diversos modos de resistências. “A literatura apresenta um terreno fértil para discutir o tema da violência, uma vez que a escrita pós-colonial via desestabilizar a ordem estabelecida e nos permite dar uma outra visão dos fatos.” Este tipo de leitura, atenta à materialidade do texto, mostra que características tradicionalmente associadas aos romances escritos a partir de Moçambique ou Angola se encontram noutros contextos linguísticos. O trabalho do congolês Sony Labou Tansi com a língua francesa aparece, desta maneira, muito próximo das inovações de Couto, e com consequências que vão além de um simples jogo linguístico: “as apropriações linguísticas permitem redesenhar a sintaxe e os vocábulos com intuito de afirmar uma identidade em construção.”

Reler obras escritas em português a partir de Angola e de Moçambique na comparação com textos escritos a partir de outros contextos leva, pois, à conceptualização de uma outra geografia literária. No seu contributo, Paloma Henrique aponta para a ligação entre o real maravilhoso e o real animista em romances de Alejo Carpentier e Pepetela, e relembra que as rotas entre Angola e Cuba têm sido muito frequentadas e não se circunscrevem ao período pós-independência. Os contextos possuem as suas características próprias, mas ao aproximá-los, a crítica revela novas redes de significados, novos pontos de contacto. A autora mostra, igualmente, que ao aproximar os dois contextos emergem conteúdos e preocupações políticas comuns:

Tanto en Angola como en Haití [a autora fala do romance *El reino de este mundo*], en las obras, la lucha se convierte en establecer un espacio político y social legítimo y que asegure los derechos de todos, lo que tal vez sea más difícil de lo que la lucha anterior, contra el colonizador, ya que ahora existen no sólo las fuerzas políticas externas imperialistas, sino también los poderes conservadores internos que ayudan a mantenerlas en su propio beneficio.

Por fim, Sandra Sousa, na sua semelhante procura de novas geografias literárias, aproxima Moçambique do Haiti, uma aproximação que num primeiro momento poderá, como admite a autora, surpreender o leitor, mas que faz sentido uma vez interpretada a partir da noção de Literatura-Mundo (entendida aqui a partir do trabalho desenvolvido pelo *Warwick Research Collective*). Lida a partir desta perspetiva, as narrativas de Nadine Pinede, *Departure lounge*, e de João Paulo Borges Coelho, *Campo de trânsito*, significam de outra maneira. O que afirma relativamente à primeira

vale, nesta leitura, para o segundo: “By paralleling individual and collective suffering, the narrative can thus be taken out of its historical and geographical context in order to become a text that speaks to and about humanity.” Pondo em paralelo o sofrimento individual e o coletivo, a narrativa pode assim ser retirada de seu contexto histórico e geográfico de modo a se tornar um texto que fala para e sobre a humanidade.¹⁹

Fabrice Schurmans

FABRICE SCHURMANS

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Colégio de São Jerónimo, Largo D. Dinis, Apartado 3087, 3000-995 Coimbra, Portugal
Contacto: fschurmans@ces.uc.pt

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amselle, Jean-Loup (2008), *L'Occident décroché. Enquête sur les postcolonialismes*. Paris: Stock.
- Ashcroft, Bill; Griffiths, Gareth; Tiffin, Helen (2002), *The Empire Writes Back. Theory and Practice in Post-colonial Literatures*. London & New York: Routledge.
- Balandier, Georges (2007), “Préface”, in Marie-Claude Smouts (org.) (2007), *La situation postcoloniale: les Postcolonial Studies dans le débat français*. Paris: Les Presses de Science Po, 17-24.
- Beti, Mongo (2007), “L’affaire Calixthe Beyala ou comment sortir du néocolonialisme en littérature”, in Mongo Beti, *Le Rebelle*, vol. 2. Paris: Gallimard, 251-265.
- Brugioni, Elena (2012), “Contiguidades ambíguas: crítica pós-colonial e literaturas africanas” in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Lapa (orgs.), *Nação e narrativa pós-colonial I. Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 379-392.
- Buescu, Maria Leonor Carvalhão (1978), *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Língua e Cultura Portuguesa.
- Buescu, Helena Carvalhão (2001), “Literatura comparada e teoria da literatura: relações e fronteiras”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta encantada. Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, 83-100.

¹⁹ As perspetivas adotadas aqui ecoam na contribuição de Medeiros relativamente à importância de (re)ler as literaturas africanas de língua portuguesa num contexto mais amplo: “Sem querer de nenhum modo agir programaticamente, penso que o mais importante é o reconhecimento da pluralidade. Pluralidade das várias literaturas de língua portuguesa e pluralidade dos vários sistemas globais em que podem e devem inserir-se. [...] Se se desejar um posicionamento verdadeiramente global das literaturas em língua portuguesa, é fundamental o seu enquadramento nos vários sistemas globais, quer sejam eles intercontinentais ou regionais.” (Medeiros, 2016: 212).

- Caldeira, Isabel (2008), "Toni Morrison and Pepetela: Confluences of the African Diaspora", in António Sousa Ribeiro, Irene Ramalho Santos (orgs.), *Translocal Modernisms. International Perspectives*. Bern, Berlin Bruxelles: Peter Lang, 91-117.
- Cantarín, Márcio Matiassi (2012), *Por uma nova arrumação do mundo. A obra de Mia Couto em seus pressupostos ecosóficis*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Chevrel, Yves (2006), *La littérature comparée*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Cottias, Myriam; Dobie, Madeleine (2014), "Joséphine Baker et Mayotte Capécia: race et genre dans deux biographies transcoloniales", in Claire Joubert (org.), *Le postcolonial comparé, anglophonie, francophonie*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 243-262.
- Detienne, Marcel (2009), *Comparer l'incomparable. Oser expérimenter et construire*. Paris: Le Seuil.
- Dubois, Jacques (2005), *Le roman policier ou la modernité*. Paris: Armand Colin.
- Dussel, Enrique (2009), "Meditações anti-cartesianas sobre a origem do anti-discurso filosófico da modernidade", in Boaventura de Sousa Santos, Maria Paula Meneses (orgs.), *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, 283-335.
- Ferreira, Ana Paula (2007), "Specificity without Exceptionalism: Towards a Critical Lusophone Postcoloniality", in Paulo de Medeiros (org.), *Postcolonial Theory and Lusophone Literatures*. Utrecht: Portuguese Studies Center, 21-40.
- Ferro, Marc (org.) (2006), *Le livre noir du colonialisme. XVI-XXI siècle: de l'extermination à la repentance*. Paris: Hachette Littérature.
- Friedman, Susan Stanford (2008), "One Hand Clapping: Colonialism, Postcolonialism, and the Spatio/Temporal Boundaries of Modernism", in Irene Ramalho Santos, António Sousa Ribeiro (orgs.), *Translocal Modernisms. International Perspectives*. Bern, Bruxelles, Berlin: Peter Lang, 11-40.
- Gruzinski, Serge (2001), "Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres 'connected histories'", *Annales*, 1, 56e année, 85-117.
- Guillén, Claudio (1985), *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada*. Barcelona: Crítica.
- Lazarus, Neil (2004), "Introduire les études postcoloniales", in Neil Lazarus (org.) *Penser le postcolonial. Une introduction critique*. Paris: Amsterdam, 59-78 [trad. Ch. Jacquet, H. Quiniou, M. Groulez].
- Mbembe, Achille (2006a), "La colonie: son petit secret et sa part maudite", *Politique africaine. Passés coloniaux recomposés. Mémoires grises en Europe et en Afrique*, 102, 101-127.
- Mbembe, Achille (2006b), "Qu'est-ce que la pensée postcoloniale?", *Esprit. Pour comprendre la pensée postcoloniale*. Consultado a 20.12.2016, em <http://www.esprit.presse.fr/archive/review/article.php?code=13807>.
- McDonald, Christie; Suleiman, Rubin Susan (orgs.) (2015), *French Global. Une nouvelle perspective sur l'histoire littéraire*. Paris: Classiques Garnier Jaunes.

- Medeiros, Paulo de (2016), “As literaturas africanas lusófonas e os sistemas de literatura-mundo”, in António Sousa Ribeiro, Margarida Calafate Ribeiro (orgs.), *Geometrias da memória: configurações pós-coloniais*. Porto: Afrontamento, 205-213.
- Meneses, Maria Paula (2012), “Nações e narrativas pós-coloniais: interrogações em torno dos processos identitários em Moçambique”, in Ana Mafalda Leite, Hilary Owen, Rita Chaves, Livia Lapa (orgs.), *Nação e Narrativa Pós-colonial I. Angola e Moçambique*. Lisboa: Edições Colibri, 311-322.
- Miano, Léonora (2012), *Habiter la frontière*. Paris: L’Arche.
- Mignolo, Walter (2000), “(Post) Occidentalism, (Post)Coloniality, and the (Post)Subaltern Rationality”, in Afzal-Khan Fawzia, Seshadri-Crooks, Kalpana (orgs.), *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*. Durham-London: Duke University Press: 86-118.
- Moura, Jean-Marc (2001), “Sur quelques apports et apories de la théorie postcoloniale pour le domaine francophone”, in Jean Bessière, Jean-Marc Moura (orgs.), *Littératures postcoloniales et francophonie. Conférences du séminaire de Littérature comparée de l’Université de la Sorbonne Nouvelle*. Paris: Honoré Champion, 149-167.
- Moura, Jean-Marc (2007a), *Littératures francophones et théorie postcoloniale*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Moura, Jean-Marc (2007b), “Le postcolonial dans les études littéraires en France”, in Marie-Claude Smouts (org.), *La situation postcoloniale: les Postcolonial Studies dans le débat français*. Paris: Les Presses de Science Po, 98-117.
- Moura, Jean-Marc (2014), “Critique francophone du postcolonial et critiques postcoloniale de la francophonie”, in Claire Joubert (org.), *Le postcolonial comparé, anglophonie, francophonie*. Saint-Denis: Presses Universitaires de Vincennes, 81-95.
- Padilha, Laura Cavalcante; Ribeiro, Margarida Calafate (orgs.) (2008), *Lendo Angola*. Porto: Afrontamento.
- Pepetela ([1990] 2003), *Lueji. O nascimento de um Império*. Lisboa: Dom Quixote.
- Quayson, Ato (2005), “Postcolonialism and Postmodernism”, in Henry Schwarz, Sangeeta Ray (orgs.), *A Companion to Postcolonial Studies*. Oxford: Blackwell Publishing, 87-109.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Meneses, Maria Paula (orgs.) (2008), *Moçambique: das palavras escritas*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Semedo, Odete (orgs.) (2011), *Literaturas da Guiné-Bissau: cantando os escritos da história*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, Margarida Calafate; Jorge, Sílvio Renato (orgs.) (2011), *Literaturas insulares: leituras e escritas de Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe*. Porto: Afrontamento.
- Ribeiro, António Sousa; Ramalho, Maria Irene (2001), “Dos estudos literários aos estudos culturais?”, in Helena Buescu, João Ferreira Duarte, Manuel Gusmão (orgs.), *Floresta encantada. Novos caminhos da literatura comparada*. Lisboa: Dom Quixote, 61-82.
- Said, Edward Wadie (2004), *Orientalismo*. Lisboa: Cotovia [ed. orig.: 1978; trad.: Pedro Serra].
- Santos, Boaventura de Sousa (2006), *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.

- Shohat, Ella (2000), "Notes on the 'Post-Colonial'", in Afzal-Khan Fawzia, Seshadri-Crooks, Kalpana (orgs.), *The Pre-occupation of Postcolonial Studies*. Durham-London: Duke University Press, 126-139.
- Smouts, Marie-Claude (org.) (2007), *La situation postcoloniale: les Postcolonial Studies dans le débat français*. Paris: Les Presses de Science Po.
- Soullier, Didier; Troubetzkoy, Wladimir (orgs.) (1997), *La littérature comparée*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Trouillot, Lyonel (2007), "Langues, voyages et archipels", in Michel Le Bris, Jean Rouaud (orgs.), *Pour une littérature-monde*. Paris: Gallimard, 197-204.
- Waberi, Abdourahman A. (2007), "Écrivains en position d'entraver", in Michel Le Bris, Jean Rouaud (orgs.), *Pour une littérature-monde*. Paris: Gallimard, 67-76.